

RUMO À DEPRESSÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 09.06.1981

O pior da crise econômica ainda não passou. As taxas de desemprego continuam a crescer, as vendas das empresas continuam a cair, a produção industrial, pela primeira vez nos últimos catorze anos, foi inferior não primeiro trimestre de 1981, quando comparada com o mesmo período de 1980. Os dados que o IBGE acaba de publicar sobre março são alarmantes: a produção da indústria de transformação caiu 4,26% em relação a março do ano anterior. Estamos claramente em meio a uma recessão e não a um “desaquecimento” como, eufemisticamente, insistem em afirmar os economistas oficiais. Desaquecimento era uma expressão que Mario Henrique Simonsen, que não costuma usar de meias-verdades, empregava adequadamente para caracterizar alguns momentos de redução da atividade econômica ocorridos durante sua administração, quando, de fato, não tivemos recessão, não tivemos os níveis de desemprego e de queda da produção que estamos tendo agora.

É certo também que não estamos ainda em uma depressão. As empresas, que obtiveram bons lucros e pouco investiram nos anos anteriores, especialmente em 1980, acumularam estoques e reservas financeiras. Este fato mais a lei salarial, que ajuda a sustentar a demanda agregada, são as duas causas principais de não termos caído ainda em uma depressão, com falências se multiplicando por toda parte. Mas a continuar a atual política econômica monetarista, ditada pelos banqueiros internacionais, de liberação de preços, de elevação da taxa de juros, de violento controle monetário (a moeda expandiu-se cerca de 60% no último ano contra uma inflação de 120%), de aumento de impostos e de redução dos investimentos estatais a continuar essa política, a recessão estará em breve transformada em depressão.

Nesse sentido o prof. Afonso Celso Pastore, possivelmente o mais competente e coerente economista neoclássico, da equipe do atual ministro do Planejamento, nos dá uma notícia alvissareira em sua entrevista a esta “Folha” (7 de junho). Afirmou ele: “Estou convencido de que nós já estamos passando a fase crítica. Nós já chegamos ao ponto máximo de aperto e já se pode vislumbrar, num futuro não muito remoto, o momento no qual a situação é superada”. Mas o economista quer um prazo de ainda “uns dois ou três meses”, para que afinal a política monetarista surta seus efeitos e possa ser afrouxada.

Desconfio que o prazo seja pequeno para que a inflação realmente comece a cair. Desde que a atual política monetarista foi implantada a taxa de inflação cresceu nos dois primeiros meses do ano e depois voltou a estabilizar-se no nível anterior. Não demonstrou, em seguida, qualquer sinal de reduzir-se. Aliás, há quase dois anos que os economistas no governo vêm pedindo “mais um prazinho” para que sua política afinal surta efeito. E por enquanto o efeito foi sempre o contrário do desejado.

Ou melhor, alguma coisa foi recentemente conseguida: a desejada recessão foi desencadeada, e, como era previsto, teve um efeito positivo, embora menor: houve uma pequena redução das nossas importações, devida em parte à recessão, e mais aos controles seletivos à importação.

A entrevista de Pastore, entretanto, deixa claro que este é um último prazo. Que as resistências do governo estão diminuindo, diante da ameaça de a recessão transformar-se em depressão, e que logo teremos mudanças na política econômica. Esta é uma boa notícia, embora revele mais uma vez que na verdade não temos uma política econômica: navegamos ao sabor dos ventos, das pressões. Ora são os banqueiros internacionais que ganham, como acontece atualmente, ora são os empresários industriais e comerciais.

O mais triste, porém, é o saldo que ficará dessa política: o desemprego e redução da produção industrial, enquanto a taxa de inflação continua no mesmo nível e a melhoria de nossas contas externas foi insignificante.(09/06)